Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024

KPDS 1442221

Conteúdo

Relatório da Administração **3**

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras **11**

Balanços patrimoniais **14**

Demonstrações dos resultados **15**

Demonstrações dos resultados abrangentes **16**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido **17**

Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto **18**

Notas explicativas às demonstrações financeiras **19**

HINOVE
FERTILIZANTES ESPECIAIS

TRIPLA CERTIFICAÇÃO ISO

CERTIFICADA ISO 9001 HINOVE

CERTIFICADA ISO 14001 HINOVE

CERTIFICADA ISO 45001 HINOVE

Cultivar a inovação para ajudar o agro a prosperar.

Demonstrações Financeiras
2024

Araraquara, 31 de março de 2025. A **HINOVE Agrociência S.A.**, Companhia brasileira de fertilizantes especiais, que tem como missão inovar, cultivar, e prosperar junto com o agricultor Brasileiro, apresenta seu relatório de administração referente á suas atividades de 2024 e publicação das suas demonstrações financeiras findo em 31 de dezembro de 2024.

Destaques do ano de 2024

- O volume total das entregas ficou em 420.869 ktons (+ 35% vs. 2023)
- A receita bruta atingiu R$ 845 milhões em 2024 (+33% vs. 2023)
- O EBITDA totalizou R$ 72,6 milhões em 2024 (+43% vs. 2023)
- O resultado líquido totalizou R$ -3,5 milhões em 2024 (+60,7% vs. 2023)
- Os investimentos somaram R$ 39,4 milhões em 2024 (-0,3% vs. 2023)
- Redução do endividamento de R$ 47 milhões em 2024 (-12,1% vs. 2023)

Sobre a HINOVE

A HINOVE trabalha com inovação no ramo de fertilizantes, fornecendo soluções de alta tecnologia para a agricultura brasileira e contribuindo com excelência, e de forma sustentável, para o aumento da produtividade e rentabilidade na produção agrícola. A HINOVE investe constantemente em sua equipe técnica para oferecer os melhores produtos com responsabilidade social e comprometimento com a satisfação dos clientes. Além disso, potencializa e desenvolve novas tecnologias com foco na preservação do meio ambiente, na segurança e na saúde das pessoas.

Mensagem da Administração

O ano de 2024 continuou desafiador para o setor de fertilizantes, mas a Hinove demonstrou grande resiliência. Em um mercado que retraiu 0,5%, A Companhia registrou um crescimento de volume de aproximadamente 35% em comparação com 2023, um aumento de 33% no faturamento bruto, uma redução de estoque de cerca de R$ 25 milhões, uma desalavancagem de 6,7x para 4,1x e um aumento na recorrência de compra entre os mesmos clientes chegando a 85%. Um fator importante foi que 17% de todas as vendas no ano foram recebidas de forma antecipada, colaborando significativamente com a liquidez da Companhia. Outro marco importante foi o início das operações no segundo semestre da unidade de Guará, no interior de São Paulo. Esta unidade reforça os planos de crescimento da Companhia, proporcionando um crescimento sustentável ao dobrar a capacidade produtiva.

O conflito entre Rússia e Ucrânia, dois dos maiores exportadores mundiais de fertilizantes, continuou a afetar o mercado global em 2024. As sanções e as interrupções na cadeia de suprimentos mantiveram os preços dos fertilizantes em patamares elevados, embora com alguma estabilização em relação aos picos observados em 2022 e 2023.

Os preços de matérias-primas como potássio, nitrogênio e fósforo permaneceram voláteis, influenciados pela demanda global, custos de energia e logística. A China, um dos maiores produtores de fertilizantes, também ajustou suas políticas de exportação, impactando a oferta global, apesar dos esforços para aumentar a produção doméstica, o Brasil ainda dependeu significativamente de importações, que representaram cerca de 85% do consumo total de fertilizantes. Isso deixou o país vulnerável às flutuações dos preços internacionais e aos problemas logísticos globais.

De forma geral, em 2024, os preços dos fertilizantes em 2024 retornaram aos níveis pré-pandemia, o que trouxe um alívio para os agricultores brasileiros. A demanda global, especialmente de países como Índia e China, também influenciou os preços ao longo do ano.

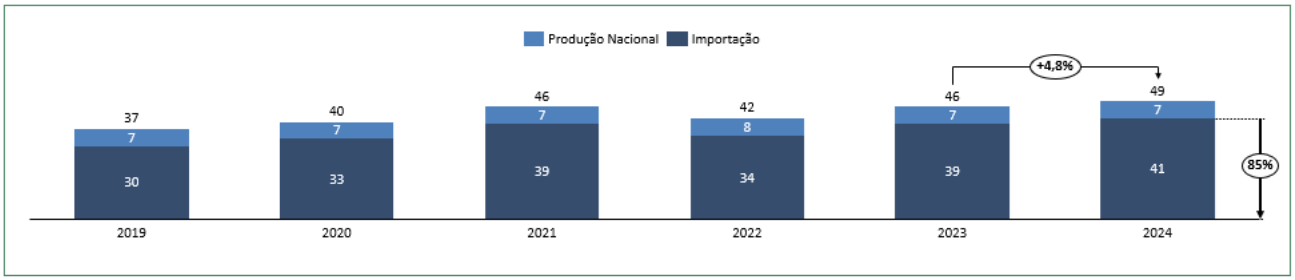
Em resumo, ao longo do ano, os preços dos fertilizantes no Brasil apresentaram algumas variações importantes:

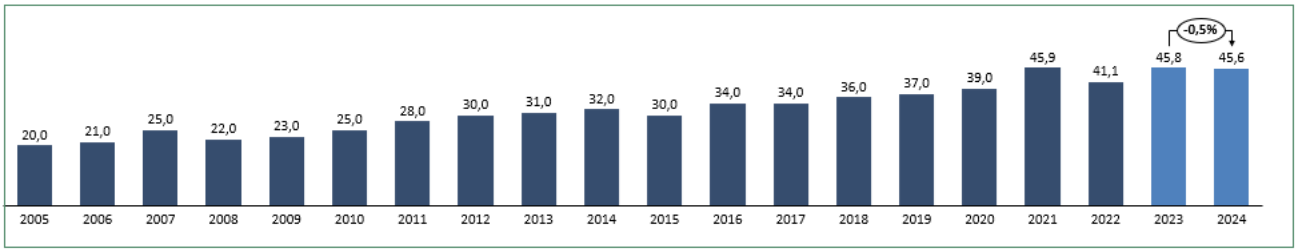
- Ureia: O preço da ureia caiu cerca de 12% ao longo do ano, refletindo uma boa disponibilidade do produto e um fluxo constante de importações.
- Cloreto de Potássio (KCl): Houve uma retração de 4% nos preços, mantendo-se relativamente estáveis.
- Fosfato Monoamônico (MAP): Diferente dos outros, o MAP teve uma valorização de 2%.

Sobre o Mercado

As entregas de fertilizantes ao mercado brasileiro registraram uma queda de -0,5% em 2024, totalizando 46 milhões de toneladas, segundo a Associação Nacional para Difusão de Adubos (Anda). No acumulado de janeiro a dezembro de 2024, a produção nacional total foi de 7,2 milhões de toneladas, ante 6,9 milhões de toneladas fabricadas no mesmo período de 2023. Entre janeiro e dezembro de 2024, as importações de fertilizantes intermediários registraram o total de 41,3 milhões de toneladas.

Fonte ANDA





A Hinove se beneficia desse cenário por não depender das fontes tradicionais de NPK, sendo que os principais países fornecedores de matéria prima da Hinove são hoje o próprio Brasil (P) e a Bolívia (N e K). Os fosfatados são adquiridos pela Hinove em grande parte de empresas Brasileiras em forma de Rocha fosfatica e de acido fosfórico. Os Nitrogenados são adquiridos por meio contratos com empresas multinacionais e prioritariamente com parceiros produtores na Bolivia, de onde tambem temos contratos de suprimentos de Potássio.

Destaques Financeiros e Operacionais

Liquidação antecipada da Debênture

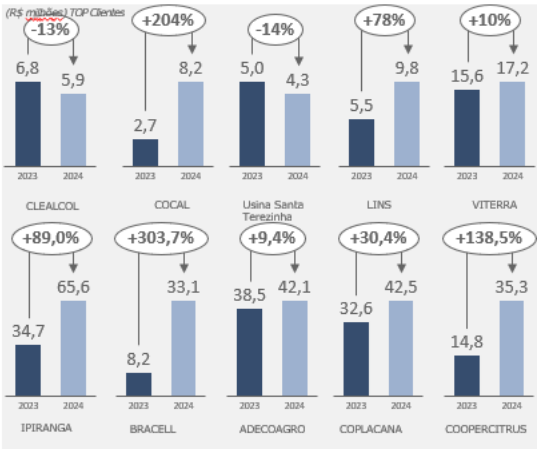
Em 27 de dezembro de 2024, a Hinove realizou o pré pagamento da Debênture que havia sido emitida com o intuito de reduzir sua alavancagem. Essa operação foi escolhida pois estava acima do custo médio de capital e sobre-colaterizada. Assim, seguindo o plano de desalavancagem a Companhia decidiu por liquidar a operação melhorando seu indice de alavancagem e reduzindo o saldo da divida bruta em R$ 47MM.

Portfólio de Clientes (valores em milhões de reais)

O portfólio de clientes da Hinove contém importantes empresas do mercado agro, conforme gráfico abaixo.

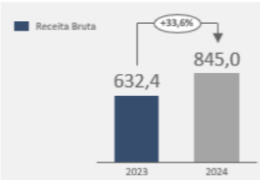
A variedade de clientes e a relevância desses *players* dentro do mercado, atestam a qualidade dos produtos produzidos pela Companhia, o que permite à Companhia apresentar ganho de *share* em sua carteira de clientes recorrentes (uma de suas estratégias para crescimento de receita).

Dez Maiores Clientes por faturamento em 2024- em Milhões de Reais

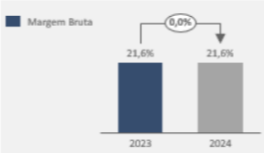


A Hinove busca atuar com clientes que não dependem do resultado de suas safras correntes para honrar seus compromissos junto à fornecedores, assim reduzindo sensivelmente seu risco de crédito quando comparado aos seus concorrentes.

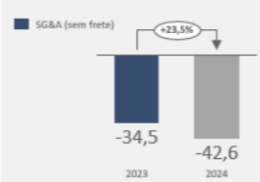
Resultado:



Receita Bruta
As vendas em volumes (tanto sólidos quanto líquidos) superaram as do ano anterior, registrando um notável crescimento de mais de 35% e um faturamento 33,6% superior ao mesmo período do ano passado, um aumento na recorrência de compra de mesmos clientes chegando a 85%, prova da eficiência e ganho de produtividade das linhas produzidas pela HINOVE, o aumento na recorrência de compra na base de mesmos clientes prova o compromisso que a HINOVE tem de ganho de produtividade.



Margem
Impactado diretamente pela redução de estoque com custo médio elevado e também pela redução considerável de estoques offs peck, a HINOVE inicia 2025 com uma gestão de estoque muito mais apurada e com baixo giro, 90% de acordo com a classificação de estoque é saudável, minimizando qualquer impacto negativo referente a custo médio elevado ou obsolescência em 2025, uma redução dos estoques em comparação com o mesmo período de 2023 de aproximadamente 37MM.



SG&A
O aumento nas despesas de folha de pagamento em 2024 é notável quando comparado a 2023, refletindo o impacto positivo do início das operações em Guará e aumento de turno nas indústrias. Esses fatores são essenciais para sustentar o crescimento e a expansão da empresa. Apesar desses avanços, as despesas permanecem abaixo das projeções orçamentárias, indicando uma gestão de custos eficiente e a possibilidade de realocação de recursos para outras áreas prioritárias

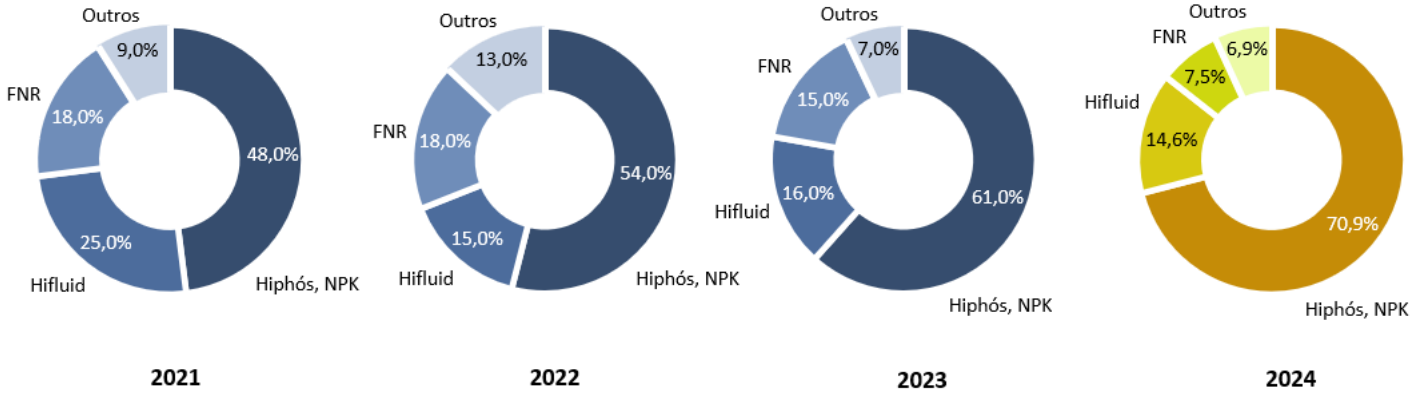
Resultado:

Forte recorrência de vendas em clientes importantes:

Do faturamento total da Hinove em 2024, 85% foi para empresas que ja eram clientes, o que demonstra um alto grau de fidelização e importante diferencial.

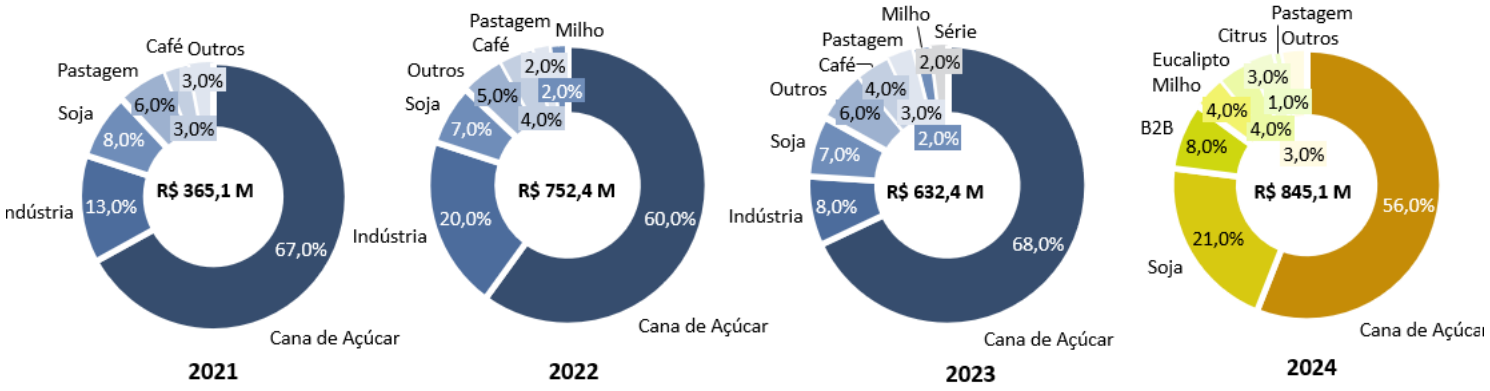
Breakdown por Linha de Produtos:

A linha de produtos HiPhós continua tendo maior relevância nas vendas da Companhia, como nos anos anteriores. A receita deste produto, somadas às linhas HiFluid, FNR (Fosfato Natural Reativo), representaram mais de 93% do faturamento bruto da Hinove.



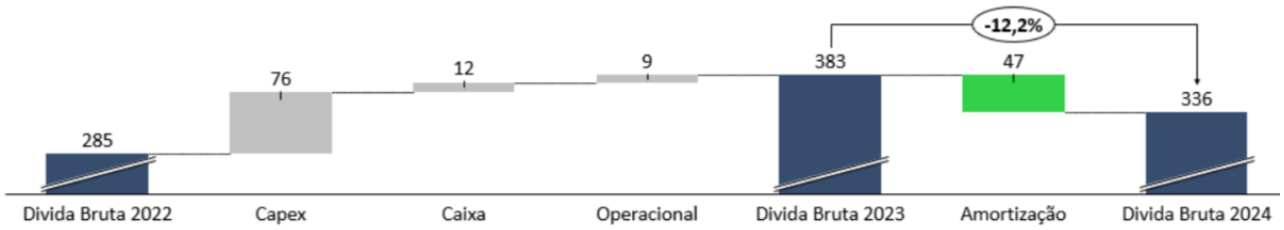
Breakdown por cultura:

Neste ano, observa-se a continuidade da estratégia de diversificação de culturas no faturamento da Companhia, conforme gráficos abaixo. No segundo semestre tivemos um aumento significativo na cultura de soja e milho, a Companhia investe continuamente em seu time comercial para sustentar o crescimento e também para auxiliar os nossos clientes.



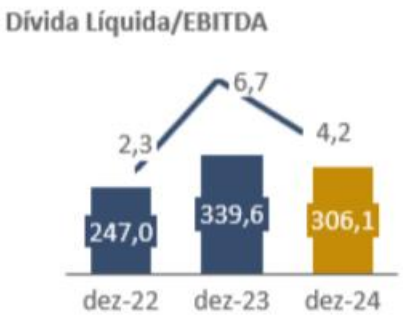
Endividamento:

No ano de 2024 a dívida bruta da Companhia reduziu em 47MM, mesmo com investimentos de 39,4MM a Companhia conseguiu gerar caixa suficiente para realizar seus investimentos e ainda reduzir sua alavancagem.



Divida liquida / EBITDA:

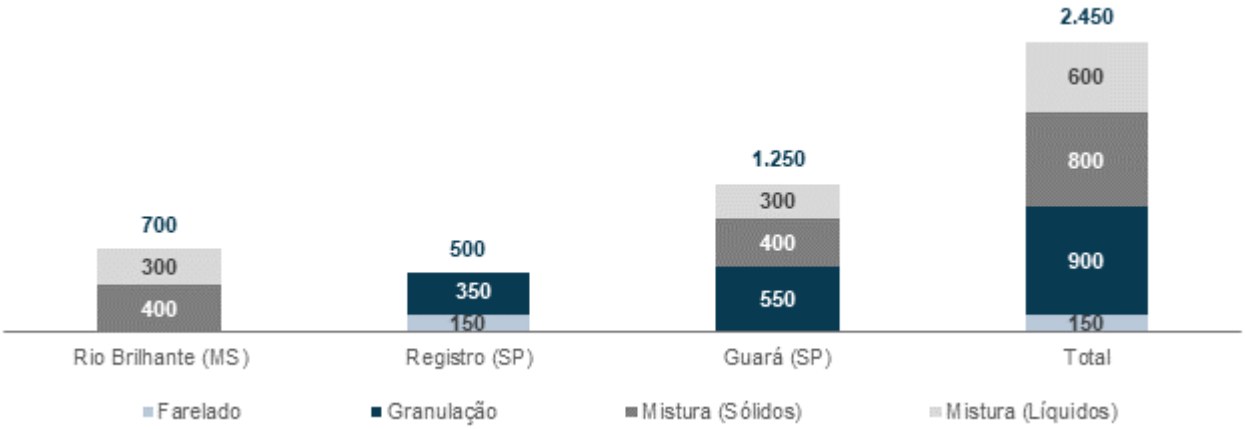
Temos Covenants financeiros (Dívida Liquida/EBITDA) em 2 dos contratos de empréstimos vigentes que não foram atingidos em 2024. Porém, com nossa costumeira transparência, em diálogo com esses credores ao longo do 4º TRI de 2024, solicitamos os devidos *waivers*, que foram concedidos antes da publicação deste relatório.



Nova Planta Industrial

Em junho de 2022, os sócios da holding UpGreen Participações (holding dona de 100% das ações da Hinove Agrociência S.A) adquiriram da MOSAIC, a 3ª planta industrial do grupo, denominada Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. localizada em Guará, interior do Estado de São Paulo. A Hinove Agrociência S.A e a Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. celebraram contrato de locação deste parque fabril para o período de 20 anos e renovação automática por igual período. O movimento foi estratégico para suportar o plano de crescimento da Companhia, aumentando significativamente sua capacidade de produção e armazenagem. A nova planta se destaca, além de sua importante capacidade em granulação, por estar localizada adjacente a VLI Logística, com ligação ferroviária até o Porto de Santos, eventualmente permitindo vantagem logística na compra de matérias primas importadas. Além dos ganhos das operações de transporte na chegada das matérias primas, a planta também tem vantagem na logística de entrega por estar geograficamente situada próxima à região de Ribeirão Preto, centro da maior produção sucroalcooleira do país. Com a implantação desta nova fábrica, a capacidade produtiva total da Hinove passará de 400 para 800 mil toneladas de mistura de fertilizantes sólidos, de 300 para 600 mil toneladas de mistura de fertilizantes líquidos e de 350 para 900 mil toneladas de fertilizantes granulados. Ao término de 2023 a fábrica de líquidos e a misturadora entrou em operação no 2º semestre de 2024, um importante fato que contribui para o crescimento da Companhia.

Capacidade Produtiva da Hinove (em mil ton/ano)



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Avenida Presidente Vargas, 2.121
Salas 1401 a 1405, 1409 e 1410 - Jardim América
Edifício Times Square Business
14020-260 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Caixa Postal 457 - CEP 14001-970 - Ribeirão Preto/SP - Brasil
Telefone +55 (16) 3323-6650
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

À Diretoria e Acionistas da

Hinove Agrociência S.A.

Araraquara - SP

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras da Hinove Agrociência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Hinove Agrociência S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na nota explicativa nº 13, itens 13.1 e 13.4, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais dos seus contratos de capital de giro e certificados de recebíveis do agronegócio - CRA em 31 de dezembro de 2024, o que permitiria eventual declaração de vencimento antecipado das obrigações no montante de R$ 138.944 mil, dos quais R$ 91.955 mil estão classificados no passivo não circulante. Em função disto, o montante de R$ 91.955 mil registrado no passivo não circulante deveria então ser classificado no passivo circulante, entretanto, a Companhia obteve a anuência do descumprimento das cláusulas contratuais junto aos seus credores, motivo pelo qual decidiu manter os valores classificados no passivo não circulante em função do vencimento original. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante está apresentado a menor e o passivo não circulante a maior em R$ 91.955 mil, respectivamente.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Em decorrência do assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", concluímos que as outras informações também apresentam distorção relevante pela mesma razão com relação aos valores e outros aspectos descritos na referida seção.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Com exceção dos assuntos descritos na seção Base para opinião com ressalva, determinamos que não existem Principais Assuntos de Auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócios do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras do grupo. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria executado para os propósitos da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a Administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Ribeirão Preto - SP, 31 de março de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027666/O-5 F SP

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC SP-293539/O-8

KPMG Auditores Independentes Ltda., uma sociedade simples brasileira, de responsabilidade limitada e firma-membro da organização global KPMG de firmas-membro independentes licenciadas da KPMG International Limited, uma empresa inglesa privada de responsabilidade limitada.

KPMG Auditores Independentes Ltda., a Brazilian limited liability company and a member firm of the KPMG global organization of independent member firms affiliated with KPMG International Limited, a private English company limited by guarantee.

Hinove Agrociência S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2024	2023
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	12.398	31.195
Aplicações financeiras	4	17.598	11.865
Contas a receber de clientes	5	5.803	7.015
Estoques	6	140.241	166.069
Adiantamentos de fornecedores	7	18.214	12.758
Impostos a recuperar	8	18.581	20.781
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		1.562	6.236
Outros ativos		2.449	3.051
Total do ativo circulante		216.846	258.970
Não circulante			
Realizável a longo prazo			
Aplicações financeiras	4	5.630	16.345
Partes relacionadas	9	1.082	1.075
Outros ativos		363	669
Depósitos judiciais		908	869
Impostos a recuperar	8	1.441	557
Ativo fiscal diferido	20	7.374	5.628
Total do realizável a longo prazo		16.798	25.143
Investimentos		2.046	769
Imobilizado	10	191.220	167.068
Intangível		174	306
Direito de uso	11	42.770	88.278
Total do ativo não circulante		236.210	281.564
Total do ativo		469.854	540.534

Passivo	Nota	2024	2023
Circulante			
Fornecedores	12	45.342	24.763
Empréstimos e financiamentos	13.1	91.678	79.070
Debêntures	13.2	-	22.664
Empréstimos e financiamentos FIDC	13.3	47.303	28.077
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	13.4	27.041	25.618
Passivo de arrendamentos	11	2.501	1.662
Adiantamentos de clientes	14	21.437	19.344
Obrigações fiscais a recolher		2.338	1.702
Outras contas a pagar		2.478	1.878
Total do passivo circulante		240.118	204.778
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	13.1	129.477	126.742
Debêntures	13.2	-	34.002
Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA	13.4	40.655	66.478
Passivo de arrendamentos	11	41.801	87.191
Total do passivo não circulante		211.933	314.413
Patrimônio líquido	16		
Capital social		18.894	18.894
Reserva de capital		202	202
Reservas de lucros		-	2.247
Prejuizos acumulados		(1.293)	-
Total do patrimônio líquido		17.803	21.343
Total do passivo		452.051	519.191
Total do passivo e patrimônio líquido		469.854	540.534

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	17	809.176	603.889
Custo das vendas e serviços	18	(632.773)	(473.475)
Lucro bruto		176.403	130.414
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	18	(80.616)	(62.897)
Despesas gerais e administrativas	18	(39.994)	(29.356)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	5	427	46
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas		1.289	(60)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		57.509	38.147
Receitas financeiras	19	15.043	17.147
Despesas financeiras	19	(77.838)	(69.938)
Resultado financeiro líquido	19	(62.795)	(52.791)
Prejuizo antes do imposto de renda e contribuição social		(5.286)	(14.644)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	1.746	5.628
		1.746	5.628
Prejuizo do exercício		(3.540)	(9.016)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	2024	2023
Prejuizo do exercício	(3.540)	(9.062)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente do exercício	(3.540)	(9.062)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

			Reserva de capital	Reservas de lucros				
	Nota	**Capital social**	**Ágio na subscrição das ações**	**Reserva legal**	**Subvenção para investimentos**	**Reserva de lucros a destinar**	**Prejuízos acumulados**	**Total do patrimônio líquido**
Saldo em 01 de janeiro de 2023		**18.894**	**202**	**3.779**	**3.306**	**4.224**	**-**	**30.405**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(9.062)	(9.062)
Destinações:								
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	(3.779)	(1.059)	(4.224)	9.062	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023		**18.894**	**202**	**-**	**2.247**	**-**	**-**	**21.343**
Prejuízo do exercício		-	-	-	-	-	(3.540)	(3.540)
Destinações:								
Absorção de prejuízos acumulados		-	-	-	(2.247)	-	2.247	-
Saldo em 31 de dezembro de 2024		**18.894**	**202**	**-**	**-**	**-**	**(1.293)**	**17.803**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Hinove Agrociência S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuizo do exercício		(3.540)	(9.062)
Ajustes para reconciliar o lucro/prejuízo ao caixa líquido decorrente das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização imobilizado e intangível		14.843	12.468
Depreciação ativo direito de uso	11	2.121	4.875
Perdas de crédito esperadas	5	(427)	(46)
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos e debêntures	13	71.747	54.281
Juros de arrendamento	11	1.747	225
Resultado baixa investimento		-	163
Resultado da venda de ativo imobilizado	10	517	167
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20	(1.746)	(5.628)
Variação nos ativos e passivos operacionais			
Contas a receber de clientes	5	1.639	41.749
Estoques	6	25.828	3.918
Adiantamentos a fornecedores	7	(5.456)	(6.084)
Impostos a recuperar	8	5.990	(4.431)
Outros ativos		908	2.386
Fornecedores	12	20.579	(15.385)
Impostos e contribuições a recolher		636	518
Adiantamentos de clientes	14	2.093	(30.421)
Outras contas a pagar		584	(1.014)
Caixa gerado pelas atividades operacionais		138.063	48.679
Juros de empréstimos e debêntures sobre financiamentos pagos	13	(44.975)	(50.984)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		93.088	(2.305)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos			
Aquisição de investimento		(1.277)	(419)
Aplicações financeiras	4	4.982	(9.912)
Aquisição de imobilizado e intangível	10.c	(37.852)	(72.573)
Partes relacionadas		(7)	(66)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(34.154)	(82.970)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos			
Captações de empréstimos e financiamentos	13	125.910	196.211
Captações de empréstimos e financiamentos FIDC	13	499.557	156.024
Captações de empréstimos e financiamentos CRA	13	-	98.608
Amortização de empréstimos e financiamentos	13	(700.263)	(360.389)
Pagamento arrendamento	11	(2.935)	(4.500)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de financiamentos		(77.731)	85.954
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(18.797)	679
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		31.195	30.516
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		12.398	31.195
(Redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa, líquidos		(18.797)	679

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Hinove Agrociência S.A. ("Companhia") é uma Sociedade por ações de capital fechado com sede no município de Araraquara, Estado de São Paulo, na Rua Lilia Elisa Eberle Lupo, nº 290 B, bairro Jardim Salto Grande. A Companhia tem como atividades: (i) Comércio atacadista de defensivos agrícolas, adubos, fertilizantes e corretivos do solo; (ii) Fabricação de defensivos agrícolas; (iii) Fabricação de adubos e fertilizantes, exceto organo-minerais; (iv) Representantes comerciais e agentes do comércio de combustíveis, minerais, produtos siderúrgicos e químicos; (v) Comércio atacadista de alimentos para animais; (vi) Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano; (vii) Comércio atacadista de mercadorias em geral, sem predominância de alimentos ou de insumos agropecuários; (viii) Outras atividades profissionais, científicas e técnicas não especificadas anteriormente; (ix) Depósitos de mercadorias para terceiros, exceto armazéns gerais e guarda-móveis; (x) Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas com atividade de fracionamento e acondicionamento associada; (xi) Comércio atacadista de matérias-primas agrícolas não especificadas anteriormente; (xii) Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário; (xiii) Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; (xiv) Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal; (xv) Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar; (xvi) Comércio atacadista de resinas e elastômeros; (xvii) Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de produtos alimentícios; (xviii) Comércio atacadista de mercadorias em geral, com predominância de insumos agropecuários; (xix) Comércio atacadista de outros produtos químicos e petroquímicos não especificados anteriormente; e (xx) Cultivo de milho.

Além da sua sede no município de Araraquara, Estado de São Paulo, a Companhia possui mais 07 filiais nos municípios de: Registro (SP), Guará (SP), São Sebastião do Paraíso (MG), Barra do Garças (MT), Rio Brilhante (MS), Corumbá (MS) e Londrina (PR). A Companhia possui uma unidade industrial para a produção de fertilizantes sólidos na filial de Registro (SP), produção de fertilizantes líquidos na filial de Rio Brilhante (MS), e na filial de Guará (SP), produção de sólidos e líquidos.

A Companhia também tem por objeto a participação e investimentos em outras sociedades, na qualidade de quotista ou acionista, podendo exercer ou não as funções de gestão e administração de negócios de referidas empresas.

2 Declaração de conformidade, base de preparação e políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

2.1 Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os Pronunciamentos Contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamento Contábil (CPC), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o "valor justo" de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado do exercício.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota explicativa 3.

Em 31 de dezembro de 2024, o passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R$ 23.272. O prejuízo foi de R$ 3.540, ante o prejuízo de R$ 9.016 em 31 de dezembro de 2023. Esse desempenho reflete, principalmente, os investimentos realizados nos últimos exercícios, incluindo a construção de ativos imobilizados, financiados por linhas de crédito estruturadas para acompanhar a geração de caixa operacional e respeitar a curva de maturação. Para mitigar esses impactos, ainda no primeiro trimestre de 2025, a Companhia está em fase de finalização de uma nova captação, na modalidade de Certificados de recebíveis do agronegócio - CRA, junto ao Banco Santander, no valor de R$ 100.000, sendo que o *term sheet* já foi assinada. A Companhia também mantém linhas de crédito disponíveis junto a instituições financeiras para utilização conforme necessário, fortalecendo sua posição financeira.

A Administração avaliou a capacidade da Companhia de atender às necessidades de financiamento, bem como de refinanciar ou liquidar seus empréstimos bancários conforme os vencimentos. Com base nessa análise, há uma expectativa razoável de que a Companhia terão recursos suficientes para manter suas operações no futuro previsível. Caso contrário, poderão ocorrer impactos na realização de ativos geradores de caixa e no cumprimento de certas obrigações, conforme os valores registrados nas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela administração em 31 de março de 2025.

Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

2.2 Mudanças nas políticas contábeis materiais

a. Classificação dos passivos como circulante ou não circulante e passivos não circulantes com *Covenants* (alterações ao CPC 26)

A Companhia adotou a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26) e passivos não circulantes com *covenants* (alterações ao CPC 26) a partir de 1º de janeiro de 2024. As alterações se aplicam retrospectivamente. Elas esclarecem certos requisitos para determinar se um passivo deve ser classificado como circulante ou não circulante e exigem novas divulgações para passivos de empréstimos não circulantes que estão sujeitos a *covenants* dentro de 12 meses após o período de relatório. Isso resultou em uma mudança na política contábil para a classificação de passivos que podem ser liquidados em ações próprias de uma entidade da Grupo. Anteriormente, a Companhia ignorava todas as opções de conversão de contraparte ao classificar os passivos relacionados como circulantes ou não circulantes. De acordo com a nova política, quando um passivo inclui uma opção de conversão de contraparte pela qual o passivo pode ser liquidado por uma transferência das próprias ações de uma entidade da Grupo. A Companhia leva em consideração a opção de conversão ao classificar o passivo principal como circulante ou não circulante, a menos que a opção seja classificada como patrimônio líquido de acordo com o CPC 39. Os outros passivos da Companhia não foram impactados pelas alterações.

A Companhia aplicou políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis, salvo indicação ao contrário.

Embora as alterações não tenham resultado em nenhuma mudança nas políticas contábeis em si, elas afetaram as informações sobre políticas contábeis divulgadas em determinados casos.

2.3 Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a Companhia atua ("a moeda funcional").

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

b. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são mensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos, caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira.

2.4 Instrumentos financeiros

Reconhecimento e mensuração inicial

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornarem partes das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

Classificação e mensuração subsequente

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA - instrumento de dívida; ao VJORA - instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;

- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;

- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e

- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado (VJR)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA). No desreconhecimento, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes (ORA) é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes (ORA) e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou na qual a Companhia nem transferem nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Para determinar o desreconhecimento do ativo financeiro segundo o CPC 48 pela cessão de créditos e sobre a definição do controle sobre esta entidade para considerar se esse investimento deve ser consolidado pelo CPC 36, a Companhia considera diversos fatos e circunstâncias que incluem riscos de crédito de nível anterior e após a estruturação, efetivação de eventuais vendas de recebíveis a terceiros, expostas à variabilidade do retorno do FIDC, entre outras, que poderão ser reavaliadas caso ocorram eventos ou mudanças nas circunstâncias no futuro. A Companhia não tem poder de decisão sobre os FIDCs nem de afetar o retorno das cotas.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhecem um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenham atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

2.5 Receita de contrato com cliente

A Companhia adotou inicialmente o CPC 47 a partir de 1º de janeiro de 2018. O Pronunciamento Técnico CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida. Substitui todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as normas CPC's. A nova norma estabelece um modelo de cincos etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes: (i) quando as partes de um contrato aprovarem este e estiverem comprometidas com seu cumprimento; (ii) quando a Companhia puder identificar os direitos de cada parte relacionado aos bens a serem entregues; (iii) quando puder identificar os termos de pagamento para os bens transferidos; (iv) quando o contrato possuir substância comercial; (v) quando for provável que a Companhia receberá a contraprestação à qual tem direito. De acordo com este pronunciamento, a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente.

A Administração realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, por tipo de receita e não identificou nenhum valor anteriormente reconhecidos como receitas auferidas que deveriam ser reclassificados e/ou ajustados.

2.6 Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

2.7 Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras da Companhia compreendem:

- Descontos obtidos;
- Rendimento sobre aplicações financeiras;
- Variação cambial ativa;
- Juros ativos; e
- Resultado positivo sobre instrumentos financeiros.

As despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Descontos concedidos;
- Despesas bancárias;
- Despesas e juros sobre empréstimos e financiamentos;
- Juros, multa de mora e IOF;

- Resultado negativo sobre instrumentos financeiros; e
- Variação cambial passiva.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido. A Companhia classifica juros recebidos e dividendos e juros sobre capital próprio recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro ao:

- Valor contábil bruto do ativo financeiro; ou
- Custo amortizado do passivo financeiro.

No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva incide sobre o valor contábil bruto do ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. No entanto, a receita de juros é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao custo amortizado do ativo financeiro que apresenta problemas de recuperação depois do reconhecimento inicial. Caso o ativo não esteja mais com problemas de recuperação, o cálculo da receita de juros volta a ser feito com base no valor bruto.

2.8 Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculado à alíquota de 15%, acrescido de adicional de 10% excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% da base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente.

Impostos diferidos

Quando aplicável, são constituídos sobre prejuízos fiscais, bases negativas de contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis. Quando aplicável, são registrados imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, com base na perspectiva de geração de resultados tributáveis futuros.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Outros resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes. O imposto corrente é reconhecido no resultado a menos que esteja relacionado a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente
O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber calculado sobre o lucro ou o prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

O imposto recolhido por estimativa (ou antecipações mensais) são calculadas com base nas receitas brutas e demais receitas auferidas pela empresa no mês. Estes recolhimentos são mensurados nas contas de ativo e passivo. No efetivo período de apuração, esses valores antecipados/estimados descontarão do IRPJ e da CSLL efetivamente devidos (neste momento provisionados e reconhecidos no resultado) e apurado com base no resultado ajustado da empresa. Para tanto, considera-se resultado ajustado o lucro líquido do período de apuração antes da provisão para o IRPJ, ajustado pelas adições prescritas e pelas exclusões ou compensações expressamente autorizadas na legislação.

2.9 Imobilizado e intangível

(i) Reconhecimento e mensuração
Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

(ii) Custos subsequentes
Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação
A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado em 2024 e 2023 são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Veículos	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos telefônicos	10 anos
Aeronaves	10 anos

Em 2022, a Companhia adotou o método de depreciação acelerada para os ativos imobilizados de máquinas e equipamentos, exclusivamente para o Sistema de Granulação que foi construído na unidade industrial de Registro-SP, por causa do efetivo desgaste adicional, oriundos dos aumentos dos turnos da produção. Em 2023, a depreciação retornou a taxa de 10% ao ano, devido a normalização dos turnos de produção. Para o ativo imobilizado de imobilização em terrenos de terceiros, foi adotado como base de depreciação por prazo contratual de utilização da propriedade.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

(iv) Amortização

A amortização é calculada para reduzir o custo de itens do ativo intangível, onde existe um prazo legal ou limitado por contrato a serem considerados. A desvalorização desses ativos são reconhecidas no resultado.

O período estimado para total amortização do ativo intangível é a seguinte:

Softwares	5 anos

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de ativos intangíveis e imobilizados. Além disso, um teste de *impairment* é efetuado anualmente para o ágio com vida útil indefinida. Um *impairment* existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, que é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o seu valor em uso.

2.10 Estoques

O custo dos estoques é baseado no princípio da média ponderada móvel e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

A Companhia mantem em seu estoque grande parte em matéria prima. O estoque acabado é elaborado conforme demanda e solicitação dos clientes, ocorrendo assim a realização da produção, e consequentemente, a efetuação da venda e entrega das mercadorias.

A Companhia possui parceiros que industrializam total ou parcial a demanda fabril, fazendo com que ocorra movimentações no estoque de remessas e retornos de matéria prima, embalagens e produtos acabados. Desta forma, a Companhia detém tanto estoque em poder próprio, quanto estoque em poder de terceiros.

A Companhia realiza avaliação periódica de perdas dos seus estoques. Nenhuma provisão foi constituída em função do giro rápido de seus estoques.

2.11 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Instrumentos financeiros e ativos contratuais

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre:

- ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

O período máximo considerado na estimativa de perda de crédito esperada é o período contratual máximo durante o qual a Companhia está exposto ao risco de crédito.

Mensuração das perdas de crédito esperadas

As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos a Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia esperam receber).

As perdas de crédito esperadas são descontadas pela taxa de juros efetiva do ativo financeiro.

Ativos financeiros com problemas de recuperação

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado estão com problemas de recuperação.

Um ativo financeiro possui “problemas de recuperação” quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 360 dias;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial
A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

Baixa
O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando a Companhia não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. Com relação a clientes individuais, a Companhia adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro tiver a conclusão do processo judicial. Com relação a clientes corporativos, a Companhia faz uma avaliação individual sobre a época e o valor da baixa com base na existência ou não de expectativa razoável de recuperação. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos.

Ativo financeiro mensurado a custo amortizado
A Companhia considerava evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto em nível individual como em nível coletivo. Todos os ativos individualmente significativos eram avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Aqueles que não tinham sofrido perda de valor individualmente eram então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que pudesse ter ocorrido, mas não tinha ainda sido identificada. Ativos que não eram individualmente significativos eram avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utilizava tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração se as condições econômicas e de crédito atuais eram tais que as perdas reais provavelmente seriam maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável foi calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas foram reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considerara que não havia expectativas razoáveis de recuperação, os valores foram baixados. Caso a perda por redução ao valor recuperável tenha posteriormente diminuído e a diminuição fosse relacionada objetivamente a um evento subsequente ao reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a provisão era revertida através do resultado.

Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e ativos fiscais diferidos, são revistos a cada data de balanço para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender. O valor em uso é baseado em fluxos de caixa futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado a esta UGC (ou grupo de UGCs), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGCs) de forma pro rata.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada ao ágio não é revertida. Quanto aos demais ativos, as perdas por redução ao valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o novo valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

2.12 Arrendamentos

A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

Direito de uso de ativos

A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, conforme abaixo:

- Unidade fabril e máquinas: 3 a 15 anos;
- Veículos automotores e outros equipamentos: 3 a 5 anos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para a Companhia ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo.

Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Vide políticas contábeis para a redução ao valor recuperável de ativos não financeiros na nota explicativa 2.10.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida pela Companhia e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o grupo exercendo a opção de rescindir a arrendamento.

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

2.13 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. Se o efeito do valor do dinheiro no tempo for relevante, as provisões são descontadas a valor presente utilizando a taxa de juros antes dos tributos que reflete, quando apropriado, os riscos específicos daquele passivo. Quando descontos a valor presente são utilizados, o aumento na provisão devido à passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do exercício do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar.

2.15 Capital social

O capital social é representado por ações ordinárias, as quais, são classificadas em rubricas do patrimônio líquido seguindo as diretrizes exigidas pelos Pronunciamentos Técnicos emitidos pelo CPC.

2.16 Novas normas contábeis e interpretações ainda não efetivas

Uma série de novas normas contábeis serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2025. A Companhia não adotou as seguintes normas contábeis na preparação destas demonstrações financeiras.

a. IFRS 18 Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais.

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de lucros e perdas, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.
- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.

Além disso, todas as entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Empresa ainda está no processo de avaliação do impacto do novo padrão, particularmente com relação à estrutura da demonstração de lucros e perdas do Grupo, a demonstração dos fluxos de caixa e as divulgações adicionais exigidas para MPMs. A Empresa também está avaliando o impacto sobre como as informações são agrupadas nas demonstrações financeiras, incluindo itens atualmente rotulados como “outros”.

b. Outras normas contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alterações tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Empresa:

- Ausência de conversibilidade (alterações ao CPC 02);
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiras.

3 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2024 estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa nº 5: Análise econômica para fins de mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas do contas a receber de clientes;

- Nota explicativa nº 10: Vida útil do ativo imobilizado;

- Nota explicativa nº 15: Reconhecimento e mensuração de provisão para processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e

- Nota explicativa nº 20: Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual as diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

(i) Mensuração do valor justo

Uma série de políticas e divulgações contábeis requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros e não financeiros.

A Companhia estabelece uma estrutura de controle relacionada à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que possui a responsabilidade geral de revisar todas as mensurações significativas de valor justo.

A Companhia revisa regularmente dados não observáveis significativos e ajustes de avaliação. Se a informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar os valores justos, então a equipe de avaliação analisa as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos do CPC, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 21 - instrumentos financeiros.

4 Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

O saldo de caixa e bancos compreende os depósitos em conta corrente disponíveis para uso imediato. Os referidos saldos decorrem da estratégia e do fluxo normal das operações da Companhia.

Quando há duplicatas recebidas em um mês, porém sua efetiva entrada na composição do saldo da conta bancária apenas ocorre no mês subsequente, a contabilização é feita na data do recebimento na conta do ativo circulante "numerários em trânsito", e quando ocorre a efetiva entrada na conta bancária, é feito uma transferência entre contas.

	2024	**2023**
Caixa e bancos	12.398	31.195
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	17.598	11.865
	29.996	**43.060**

(i) As aplicações financeiras são compostas por aplicações renda fixa em fundo de investimento pós fixada CDI com prazo de resgate inferior a 12 meses. Essas aplicações financeiras tem características similares a caixa e equivalentes de caixa, uma vez que tem disponibilidade para uso imediato.

	2024	**2023**
Aplicações financeiras de longo prazo (ii)	5.630	16.345
	5.630	**16.345**

(ii) Em maio de 2023, a Companhia emitiu Certificados de recebíveis do agronegócio – CRA (conforme nota explicativa 13.4) e, como parte da garantia da emissão, foi acordado no contrato de cessão fiduciária, recebíveis oriundos das duplicatas mercantis da Companhia ou aplicação financeira, sendo que a Companhia optou por manter o valor de R$ 5.000, depositado em aplicação financeira a longo prazo.

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de mercado e de crédito e a mensuração do valor justo estão incluídas na nota explicativa 21 - instrumentos financeiros.

5 Contas a receber de clientes

Os saldos a receber referem-se a vendas de fertilizantes e insumos agrícolas realizados a prazo e está líquido da provisão de créditos.

A exposição da Companhia a riscos de crédito, bem como as médias das idades dos saldos, risco de moeda e perdas por redução no valor recuperável relacionadas às contas a receber de clientes, são divulgadas na nota explicativa 21.

	2024	**2023**
Clientes no país	6.007	7.646
(-) Provisão para perdas de crédito esperadas	(204)	(631)
	5.803	**7.015**

A composição das contas a receber por vencimento está assim representada:

	2024	**2023**
A vencer	5.356	5.024
Vencidas:		
Até 90 dias	278	1.645
De 91 a 180 dias	-	305
Mais de 180 dias	169	41
	5.803	**7.015**

As movimentações da provisão para perdas de créditos esperadas estão assim representadas:

	2024	**2023**
Saldo inicial	(631)	(677)
Reversão de provisão	427	46
Saldo final	**(204)**	**(631)**

6 Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo é determinado usando-se o método de avaliação “custo médio ponderado” e não excedem ao valor líquido de realização.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

	2024	2023
Matéria prima	94.559	128.907
Produtos acabados	31.760	32.034
Embalagens	11.763	5.128
Almoxarifado	2.159	-
	140.241	**166.069**

7 Adiantamentos a fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais (i)	8.493	3.847
Fornecedores internacionais (ii)	9.209	8.781
Compras simples faturamento (iii)	512	130
	18.214	**12.758**

(i) Adiantamentos referente compras com pagamento antecipado, e em sua maioria de saldo correspondente a futuras compras de materiais de uso e consumo.

(iii) Adiantamentos referente compras com pagamento antecipado, e em sua maioria de saldo correspondente a futuras compras de matéria prima.

(iv) Compras com entrega futura, quando um estabelecimento vendedor comercializa determinada mercadoria e efetua o faturamento antecipado à entrega.

8 Impostos a recuperar

	2024	2023
ICMS	5.017	4.959
PIS	2.432	2.177
COFINS	12.532	14.161
IPI	41	41
	20.022	**21.338**
Circulante	18.581	20.781
Não circulante	1.441	557

9 Transações com partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, bem como certas transações que influenciaram os resultados do exercício, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas. Essas transações são realizadas nas condições acordadas entre as partes, que levam em consideração a estrutura organizacional da Companhia como um todo e, portanto, poderiam ser diferentes se fossem realizadas diretamente com terceiros que não sejam partes relacionadas.

a. Saldos

Parte relacionada	Natureza	2024	2023
Ativo não circulante			
UpGreen Participações Ltda (i)	Mútuo	1.082	1.075
FERT AGRO Fundo de Investimentos em direitos creditórios (ii)	Nota comercial	47.302	28.077
		48.384	**29.152**

(i) Saldo referente a contrato de mútuo (empréstimo) entre a Companhia e UpGreen Participações. Em setembro de 2022, a empresa UpGreen Participações (empresa que pertence aos sócios Renato Benatti e Roberto Martins) teve a incorporação das empresas Cultivar Agro Negócio e Flying Tigers Assessoria em seu capital, assumindo o mútuo de ambas, e tornando-se detentora de 100% do capital da Companhia.

(ii) Conforme demonstrado na nota explicativa 13.3 a Companhia descontou direitos creditórios no Fert Agro Fundo de Investimento em direitos creditórios no total de R$ 499.557 em 31 de dezembro de 2024 (R$ 156.594 em 31 de dezembro de 2023).

Transações que afetaram o resultado do exercício

Parte relacionada	Natureza	2024	2023
FERT AGRO Fundo de Investimento em direitos creditórios	Despesa antecipação de recebíveis	(20.175)	(10.453)
Hinove Fertilizantes Especiais Ltda.	Despesas de juros sobre arrendamento	(1.548)	(225)

9.1 Termos e condições de transação com partes relacionadas

A Companhia mantém transações com empresas classificadas pela Administração como partes relacionadas, por possuírem controle comum do acionista controlador da Companhia.

A Companhia mantém contrato de aluguel do parque fabril da Hinove Fertilizantes Especiais Ltda., o preço acordado é considerado a prática de mercado vigente.

A Companhia não possui cotas ou controle do FERT – AGRO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios. As despesas com as antecipações de recebíveis com o FERT – AGRO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios referem-se ao valor do desconto de recebíveis, cujo as taxas são as práticas pelo mercado. Ao transferir o título a Companhia não possui mais direito ou obrigação sobre os recebíveis, sendo todos os riscos e benefícios transferidos para o FIDC, ainda, a Companhia não fornece garantias aos recebíveis.

10 Imobilizado

Custo	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**
Edifícios	**33.912**	-	(74)	10.073	**43.911**	25	-	73.172	**117.108**
Móveis e utensílios	**211**	564	-	-	**775**	338	-	-	**1.113**
Equipamentos diversos	**664**	225	-	-	**889**	230	-	23	**1.142**
Máquinas e equipamentos	**61.968**	7.133	(146)	6.035	**74.990**	3.632	(216)	24.197	**102.603**
Veículos	**2.184**	601	(77)	-	**2.708**	1.341	(1.187)	-	**2.862**
Obras em andamento	**23.702**	67.611	-	(16.108)	**75.204**	33.814	-	(97.493)	**11.525**
Aeronaves	**2.308**	-	-	-	**2.308**	-	-	101	**2.409**
	124.949	**76.134**	**(297)**	**-**	**200.785**	**39.380**	**(1.403)**	**-**	**238.762**

Depreciação	**2022**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2023**	**Adições**	**Baixas**	**Transferências**	**2024**
Edifícios	(8.273)	(4.565)	12	-	**(12.826)**	(5.849)	-	-	**(18.675)**
Móveis e utensílios	(58)	(57)	-	-	**(115)**	(88)	-	-	**(203)**
Equipamentos diversos	(214)	(142)	-	-	**(356)**	(168)	-	-	**(524)**
Máquinas e equipamentos	(11.935)	(6.822)	66	-	**(18.691)**	(7.944)	44	-	**(26.591)**
Veículos	(777)	(518)	53	-	**(1.242)**	(429)	842	-	**(829)**
Aeronaves	(256)	(231)	-	-	**(487)**	(233)	-	-	**(720)**
	(21.513)	**(12.335)**	**131**	**-**	**(33.717)**	**(14.711)**	**886**	**-**	**47.542**

Saldo líquido	**2022**	**2023**	**2024**
Edifícios	**25.639**	**31.085**	**98.433**
Móveis e utensílios	**153**	**659**	**910**
Equipamentos diversos	**450**	**533**	**618**
Máquinas e equipamentos	**50.033**	**56.299**	**76.012**
Veículos	**1.407**	**1.466**	**2.033**
Obras em andamento	**23.702**	**75.205**	**11.525**
Aeronaves	**2.052**	**1.821**	**1.689**
	103.436	**167.068**	**191.220**

b. Valor recuperável do ativo imobilizado

O ativo imobilizado tem o seu valor recuperável analisado, no mínimo, anualmente, sendo que para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023 a administração não encontrou a necessidade de realização do teste sobre valor recuperável do ativo, uma vez que não foram identificados indicadores de risco.

c. Obras em andamento

No exercício de 2024, ocorreram investimentos de aumentos e melhorias de infraestrutura (entre estes, construção de galpões de armazenagem e usina fotovoltaica) nas unidades industriais de Registro – SP e Rio Brilhante - MS.

Com a aquisição da unidade de Guará – SP, ocorreram construções e melhorias de máquinas e equipamentos e de infraestrutura, entre estes o galpão de líquidos, unidade misturadora de grânulos e usina fotovoltaica.

Foram capitalizados ao saldo de obras em andamento, os juros de empréstimos, conforme CPC 20 – custos de empréstimos, o montante de R$ 11.508 em 31 de dezembro de 2024 (8.653 em 31 de dezembro de 2023).

O saldo de obras em andamento em 31 de dezembro de 2024 refere-se, substancialmente, a modernização, melhorias operacionais e de infraestrutura da planta da Unidade de Registro-SP e Guará-SP.

d. Fluxo de caixa

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2024, a Companhia adquiriu ativo imobilizado ao custo total de R$ 39.380 (R$ 76.194 em 31 de dezembro de 2023). Pagamentos em caixa de R$ 37.852 (R$ 72.573 em 31 de dezembro de 2023) foram feitos para aquisição de imobilizado e R$ 1.528 (R$ 3.621 em 31 de dezembro de 2023) foram adquiridos utilizando-se recursos de empréstimos e financiamentos.

11 Direito de uso de ativos e passivo de arrendamentos

Direito de uso	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**88.278**	**117.848**
Adições	44.088	25
Baixas (i)	(87.476)	(24.720)
Depreciação	(2.120)	(4.875)
Saldo final	**42.770**	**88.278**

Passivo de arrendamento	**2024**	**2023**
Saldo inicial	**88.853**	**117.848**
Adições	44.088	-
Baixas (i)	(87.451)	(24.720)
Juros de arrendamento	1.747	225
Baixa por pagamento	(2.935)	(4.500)
Saldo final	**44.302**	**88.853**
Passivo circulante	2.501	1.662
Passivo não circulante	41.801	87.191

(i) Em 2024, houve o cancelamento do primeiro contrato de locação com a empresa Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. (não pertencente ao grupo), referente edificação da unidade de Guará/SP, sendo constituído um novo contrato, com condições e características diferentes do primeiro.

Os direitos de uso de ativos, compostos por edificações, referem-se ao contrato de locação com a empresa Hinove Fertilizantes Especiais Ltda. (não pertencente ao grupo), ao qual está sendo depreciado no prazo de 25 anos (tempo do contrato), à taxa média de 4% a.a. Em contrapartida, o passivo correspondente é amortizado por meio de liquidação das parcelas mensais e atualizado à 1,15% ao mês. Valor do ativo foi atualizado ao valor presente conforme CPC 06. O contrato teve início em outubro de 2024.

Os saldos estimados de arrendamentos a pagar, tem a seguinte composição de vencimento:

	2024	**2023**
2024	-	1.662
2025	2.315	14.006
2026	432	13.192
2027	282	12.426
2028	323	11.704
2029	371	11.024
2030	425	10.384
2031	488	9.780
2032	560	4.675
2033	642	-
2034	736	-
2035	845	-
2036	969	-
2037	1.111	-
2038	1.275	-
2039	1.463	-
2040	1.678	-
2041	1.924	-
2042	2.207	-
2043	2.532	-
2044	2.905	-
2045	3.332	-
2046	3.822	-
2047	4.384	-
2048	5.029	-
2049	4.252	-
	44.302	**88.853**

12 Fornecedores

	2024	**2023**
Fornecedores no país	29.837	21.046
Fornecedores no exterior	15.505	3.717
	45.342	**24.763**

Os saldos de fornecedores em 31 de dezembro de 2024 e 2023 referem-se substancialmente à compra de matéria-prima, fretes referentes à compra de matéria-prima e serviços prestados por pessoa jurídica.

A informação sobre a exposição da Companhia para os riscos de moeda e de liquidez, relacionados a fornecedores, encontra-se divulgada na nota explicativa 21.

13 Empréstimos e financiamentos, debêntures, FIDC e Certificados de recebíveis do agronegócios – CRA

	2024	2023
Empréstimos e financiamentos (nota explicativa 13.1)	223.459	207.309
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	(2.304)	(1.497)
Debêntures (nota explicativa 13.2)	-	58.333
(-) Custos transação a apropriar Debêntures	-	(1.667)
Empréstimos, financiamentos e FIDC (nota explicativa 13.3)	47.303	28.647
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC	-	(570)
Certificados de recebíveis do agronegócios – CRA (nota explicativa 13.4)	68.669	93.488
(-) Custos transação a apropriar CRA	(973)	(1.392)
Total	**336.154**	**382.651**
Circulante	**166.022**	**155.429**
Não circulante	**170.132**	**227.222**

13.1 Empréstimos e financiamentos

a. Composição dos contratos

Modalidade	Moeda	Ano de vencimento	% - Taxa de juros (a.m.) (i)	2024	2023
Moeda nacional:					
Capital de giro	R$	2025-29	1,30%	194.629	175.592
BB FCO	R$	2025-27	0,97%	5.604	8.076
FGI BNDES	R$	2025	1,15%	698	2.964
Consórcios	R$	2025-35	0,91%	4.655	8.044
(-) Custos transação a apropriar empréstimos				(2.304)	(1.497)
Moeda estrangeira:					
Capital de giro	USD	2025	0,52%	17.873	12.633
				221.155	**205.812**
Circulante				91.678	79.070
Não circulante				129.477	126.742

(i) Taxa de juros média com CDI, considerando todos os contratos dentro dessa mesma modalidade.

Os empréstimos bancários da Companhia estão garantidos por terrenos e edificações, contas a receber e aval dos acionistas da Companhia.

A Companhia detém empréstimo bancário no montante de R$ 72.042 junto ao Banco do Brasil em 31 de dezembro de 2024 (R$ 78.950 em 31 de dezembro de 2023). Estes contratos contém cláusulas restritivas (*covenants*) que estabelecem regras na relação dívida líquida/EBITDA da Companhia, que tornam os empréstimos imediatamente vencidos caso essa relação seja ultrapassada. A relação dívida líquida/EBITDA não pode exceder 3,0 vezes.

Conforme cálculo efetuado no exercício de 2024, essa relação ultrapassou as 3,0 vezes. Nesse contexto, a instituição bancária forneceu uma carta conforto (*waiver*), pois levou-se em consideração que a Companhia continua em expansão, considerando que a Companhia obteve a confirmação (anuência), antes da emissão das demonstrações financeiras, de que os credores não solicitariam a aceleração do vencimento da dívida, a Companhia decidiu manter classificados no passivo não circulante os valores das parcelas vincendas em função dos vencimentos originais no montante de R$ 51.300 em 31 de dezembro de 2024, pois obteve em 25 de março de 2025 a confirmação "*waiver*", antes da aprovação das demonstrações financeiras, de que os detentores do crédito não solicitariam a aceleração do vencimento da dívida.

A Companhia relacionado a este empréstimo junto ao Banco do Brasil também detém de uma cláusula na qual menciona que não pode distribuir dividendos além do limite mínimo obrigatório.

No exercício de 2024 houve a captação de alguns empréstimos, com os principais objetivos de antecipação de pagamentos de aquisição de matéria prima e capital de giro da Companhia, CAPEX, liquidação e repactuação de dívidas de curto prazo. Todos os demais contratos assinados em 2024 não possuem cláusulas de *covenants* financeiros e não financeiros, com exceção do contrato junto ao Banco no Brasil.

b. Resumo da movimentação dos empréstimos e financiamentos

A tabela a seguir demonstra amortizações e captações durante o período:

	2024	**2023**
Saldo inicial	205.812	177.638
Captações de empréstimos e financiamentos	127.437	202.995
Amortização de empréstimos e financiamentos (principal)	(118.572)	(164.960)
Juros de empréstimos e financiamentos pagos	(25.253)	(29.306)
Provisão Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	32.419	20.942
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	(688)	(1.497)
Saldo final	**221.155**	**205.812**

c. Prazo de vencimentos

Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de empréstimos tem os vencimentos da seguinte forma:

Vencimento	**2024**
2025	92.986
2026	77.972
2027	31.743
2028	19.925
2029	833
(-) Custos transação a apropriar empréstimos	(2.304)
	221.155

13.2 Debêntures privadas

Ao longo do exercício de 2024, a Companhia reforçou seus controles de capital de giro como redução de prazo de clientes e diminuição de estoques com o intuito de pré-pagar a debênture e assim reduzir sua alavancagem frente a anos anteriores.

Em 02 de junho de 2022, a Companhia firmou Instrumento Particular de Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos, da espécie com garantia real, com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários LTDA., como agente fiduciário e representante dos debenturistas no montante de R$ 70.000. Foram emitidas 70.000 debêntures, em uma única série, ao valor nominal unitário de mil Reais na data da emissão, sendo o valor total da emissão no montante citado anteriormente. As debêntures foram totalmente subscritas e integralizadas em 30 de junho de 2022. O valor nominal unitário de todas as debêntures não será atualizado. A remuneração das debentures sobre o valor nominal unitário das debentures incidirão juros remuneratórios correspondentes a variação acumulada de 100% das taxas medias diárias do DI de um dia, acrescida de *spread* de 5,25%.

A amortização das debêntures deverá ocorrer trimestralmente, a partir da data de início da rentabilidade, sendo o primeiro pagamento devido em 30 de setembro de 2022 e os demais pagamentos no mesmo dia dos meses subsequentes de dezembro, março, junho, setembro de cada ano até a data de vencimento das debentures.

As debêntures são garantidas por:

- Alienação fiduciária - dos imóveis representados pelas matrículas descritas na Escritura de Emissão (em conjunto, "Imóveis" e "Alienação Fiduciária de Imóvel"), conforme os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e Outras Avenças, celebrado em 02 de junho de 2022, entre as Partes ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis").
- Cessão fiduciária - (a) dos direitos creditórios, principais e acessórios, oriundos das duplicatas mercantis já emitidas pela Cedente, devidamente descritas e caracterizadas no Anexo I ao Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definido) em valor mínimo de R$10.000 (dez milhões de reais) ("Recebíveis"); (b) de todos os direitos creditórios depositados e/ou decorrentes da conta nº 807, junto à agência nº 4282, de titularidade da Emissora ("Conta Vinculada"), que será utilizada para o depósito e movimentação dos Recebíveis, incluindo todos os valores, rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios; e todos os direitos decorrentes dos Investimentos Permitidos (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), incluindo todos os valores, rendimentos, juros, correções monetárias, multas e demais acessórios (em conjunto, "Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente"), nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis e de Conta Vinculada Em Garantia e Outras Avenças", celebrado em 02 de junho de 2022, entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Cessão Fiduciária" e, em conjunto com o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Recebíveis"; o "Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"; o "Primeiro Aditamento ao Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis"; com a "Escritura de Emissão"; o "Primeiro Aditamento ao Instrumento Particular de Escritura de Emissão"; com o Contrato de Distribuição e este Primeiro Aditamento ao Contrato de Distribuição; "Documentos da Operação").
- Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão de Debêntures relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura ("*covenants*" financeiros), índice financeiro obtido pela divisão dívida liquida/EBITDA menor ou igual a 2,3x a partir do ano de 2024 até a data de vencimento, a ser acompanhado anualmente pelo agente fiduciário.

Em 27 de dezembro de 2024, a Companhia decidiu por liquidar a operação de forma antecipada, se tratava de uma operação que estava muito precificada e com sobra de garantia, seguindo a estratégia de desalavancagem e redução do custo médio da dívida, a Companhia optou por pré-pagar a operação.

a. Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	56.666	70.010
(+) Adição de principal		-
(+) Adição de juros	7.715	12.187
(-) Amortização principal	(58.333)	(11.667)
(-) Amortização juros	(7.716)	(12.197)
(-) Custos transação a apropriar debêntures	1.668	(1.667)
Saldo no final do exercício	**-**	**56.666**

13.3 Empréstimos e financiamentos "FIDC"

Em 18 de outubro de 2022, foi celebrado entre Companhia e FERT – AGRO Fundo de Investimento em Direitos Creditórios ("FERT – AGRO FIDC") Contrato de Cessão e Aquisição de Direitos de Crédito e Outras Avenças sem Coobrigação ("Contrato"), sendo este repactuado em 8 de fevereiro de 2023 para inclusão das filiais da Companhia.

O FERT – AGRO FIDC é um fundo de investimento em direitos creditórios multicedente e multisacado, constituído sob a forma de condomínio aberto, com prazo de duração indeterminado, sem taxa de ingresso, sem taxa de saída e sem taxa de performance. O objetivo do Fundo é a valorização de suas Cotas através da aplicação preponderante dos recursos na aquisição de Direitos Creditórios conforme política de investimento estabelecido em seu regulamento.

Dessa forma, a partir do Contrato celebrado entre as partes, a Companhia passou a ceder seus direitos creditórios para o FERT – AGRO FIDC.

Em 2024 tivemos a captação de uma nota comercial no valor de R$ 30.000, com prazo de pagamento dentro do próprio ano, a amortização de toda a operação aconteceu em 15 de dezembro de 2024.

Saldo

	% - Taxa de juros (a.m.) (i)	2024	2023
Fert Agro Fundo de Investimento - FIDC	2,03%	47.303	28.647
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC		-	(570)
		47.303	**28.077**

(i) Taxa de juros média com CDI.

a. Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**28.077**	**37.631**
(+) Adição de principal	499.557	156.594
(+) Adição de juros	19.606	10.453
(-) Amortização principal	(500.507)	(176.031)
(-) Juros passivos a transcorrer FIDC	570	(570)
Saldo no final do exercício	**47.303**	**28.077**

b. Prazo de vencimento

Vencimento	2024	2023
2024	-	28.647
2025	47.303	-
	47.303	**28.647**

13.4 Certificados de recebíveis do agronegócios - CRA

O CRA (Certificado de Recebíveis do Agronegócio) é uma operação lastreada em recebíveis originados de negócios entre produtores rurais e terceiros. Ele abrange financiamentos ou empréstimos relacionados à produção, à comercialização ou à industrialização de produtos agropecuários, entre outras atividades. Em maio de 2023, a Companhia realizou uma operação que teve como principal R$ 100.000, a uma taxa CDI+4,25% a.a, com 6 meses de carência, após isso PMT mensal de juros e principal.

Essa operação teve como cedente a KINEA e securitizadora a ECOAGRO, foi utilizado como garantia Aval dos sócios, 5% do valor principal em recebíveis podendo ser convertidos em aplicação, e também (como Alienação Fiduciária de Imóvel) a planta da unidade de Guará.

a. Movimentação

	2024	2023
Saldo no início do exercício	**92.096**	**-**
(+) Adição de principal	-	100.000
(+) Adição de juros	12.007	10.699
(+) Custos transação apropriados CRA	419	-
(-) Amortização principal	(24.819)	(7.730)
(-) Amortização juros	(12.007)	(9.481)
(-) Custos transação a apropriar CRA	-	(1.392)
Saldo no final do exercício	**67.696**	**92.096**

b. Prazo de vencimento

	2024	
2024	-	26.037
2025	27.459	27.460
2026	31.354	30.381
2027	9.856	9.610
	68.669	**93.488**

A operação Cédula de Produto Rural com Liquidação Financeira nº 001/2027 ("CPR-F") são garantidas por:

- Alienação fiduciária - dos imóveis representados pelas matrículas descritas na Escritura de Emissão (em conjunto, "Imóveis" e "Alienação Fiduciária de Bens Moveis e Imóvel"), conforme os termos do Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis e de Bens Moveis e direitos creditórios, celebrado em 28 de abril de 2023, entre as Partes ("Contrato de Alienação Fiduciária de Imóveis, Contrato de Alienação de bens Moveis, Contrato de Cessão Fiduciária").

- Cláusulas contratuais restritivas - *Covenants*

  A Companhia possui obrigações contratuais decorrentes da Emissão do CRA relacionadas à manutenção de determinados índices financeiros estabelecidos na Escritura ("*covenants*" financeiros):

(a) Índice de Alavancagem: Dívida Líquida/EBTIDA igual ou inferior a 2,3x;

(b) Índice de Liquidez Corrente: igual ou superior a 1,2x; e

(c) Índice de Solvência: Patrimônio Líquido / Total de Ativos igual ou superior a (1) 0,15x, no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; e (2) 0,20x nos exercícios sociais encerrados a partir de 2024 (inclusive).

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não atingiu os indicadores acima mencionados e solicitou anuência previa realizado através de assembleia na data de 10 de março de 2025, com aprovação determinando algumas limitações a partir de 2025. A Companhia decidiu manter classificados no passivo não circulante os valores das parcelas vincendas em função dos vencimentos originais no montante de R$ 40.655 em 31 de dezembro de 2024, pois obteve em 10 de março de 2025 a confirmação "*waiver*", antes da aprovação das demonstrações financeiras, de que os detentores do CRA não solicitariam a aceleração do vencimento da dívida.

14 Adiantamentos de clientes

	2024	**2023**
Adiantamentos de clientes nacionais (i)	8.213	17.676
Vendas simples faturamento (ii)	13.224	1.668
	21.437	**19.344**

(i) Recebimentos antecipados referente negociações de vendas de mercadorias.

(ii) Referem-se a vendas para entrega futura, que consiste a venda de mercadorias, sem que ocorra, no entanto a entrega imediata desta mercadoria, ou seja, a venda é realizada, mas com a entrega efetiva da mercadoria em uma data posterior e o pagamento antecipado.

15 Demandas judiciais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está exposta a riscos de natureza tributária e previdenciárias, decorrentes de suas operações. A administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e seu julgamento, avalia a necessidade de constituição de provisão em montante considerado suficiente para cobrir os riscos ligados a temas dessa natureza, quando a probabilidade de perda for considerada provável. Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não possuía nenhuma causa avaliada com perda provável.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui causas trabalhistas e cíveis avaliadas pelos consultores legais e pela administração da Companhia com risco de perda possível, portanto, não provisionadas. O total das causas avaliadas como possível R$ 2.807 (R$ 2.098 em 2023).

16 Patrimônio líquido

a. Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R$ 18.894, e é representado por 6.705.340 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos. O capital social pertence aos seguintes acionistas domiciliados no país:

	2024		2023	
	Quantidade de Ações	**Valor**	**Quantidade de ações**	**Valor**
UpGreen Participações Ltda.	6.705.340	18.894	6.705.340	18.894
	6.705.340	**18.894**	**6.705.340**	**18.894**

(i) Ações ordinárias

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32.

(ii) Ações preferenciais

As ações preferenciais resgatáveis da Companhia são classificadas como instrumento financeiro passivo, pois o pagamento de dividendos não é discricionário e elas são resgatáveis em dinheiro pelo detentor do título. Os dividendos não-discricionários são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia.

b. Reserva de capital

Refere-se ao ágio na subscrição das ações da empresa UpGreen Participações Ltda..

c. Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No exercício de 2022 a Companhia constituiu a reserva legal até o limite permitido de 20% do capital social.

d. Reserva de lucros a destinar

Constituída em função do lucro do exercício após as distribuições para Reserva legal e dividendos, ficando à disposição da Assembleia Geral, até o limite de 100% do valor do capital social.

e. Subvenção para investimentos

A luz do benefício fiscal de ICMS sob o Termo de Acordo nº 1190/2018, firmado entre a Companhia e o Governo do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Companhia se compromete a cumprir todas as obrigações definidas na legislação tributária estadual, na Lei Complementar Estadual n° 93/2001, sua regulamentação e seus investimentos discriminados no termo.

Sendo assim, goza dos seguintes incentivos:

- Benefício fiscal equivalente a 67% (sessenta e sete por cento) do saldo devedor do ICMS, aplicável exclusivamente as operações realizadas com os produtos resultantes de sua própria industrialização neste Estado, que será deduzido o saldo devedor que tenha resultado como efetiva e regularmente devido;

- Um adicional de 13% (treze por cento) aplicável exclusivamente nas operações interestaduais, resultando num percentual de benefício de 80% (oitenta por cento).

Os reconhecimentos contábeis para ambos os benefícios fiscais, são realizados no resultado do exercício, na medida em que determinados critérios dos programas são cumpridos, conforme determinado pelo CPC 07 (R1) - Subvenção e Assistência Governamental.

A subvenção para investimentos da Companhia refere-se ao crédito presumido/outorgado ICMS do Estado de Mato Grosso do Sul. Tal subvenção é deduzida na apuração de lucro líquido para cálculo da distribuição de dividendos mínimos obrigatórios.

f. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios de 25% do resultado do exercício, ajustado na forma da lei. A distribuição de lucros para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no seu estatuto social, mediante aprovação pelos seus acionistas.

17 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta de vendas	845.110	632.652
(-) Impostos incidentes sobre as vendas	(20.803)	(12.501)
(-) Devoluções	(15.131)	(16.262)
	809.176	**603.889**

18 Abertura dos custos e despesas por natureza

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseada na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2024	2023
Aquisição de mercadoria	(580.524)	(417.370)
Custos de produção	(18.121)	(10.429)
Fretes e carretos	(73.277)	(69.131)
Serviços de industrialização	-	(930)
Despesas com importação/exportação	(847)	(3.009)
Despesas com armazenagem	(1.404)	(5.995)
Despesa com pessoal	(32.606)	(22.962)
Comissões e vendas	(3.185)	(3.433)
Retirada pró-labore	(336)	(420)
Gastos com viagens	(2.863)	(2.214)
Combustível e lubrificante	(1.864)	(1.556)
Serviços prestados por terceiros	(9.989)	(7.690)
Despesas tributárias	(1.336)	(901)
Depreciação e amortização	(15.131)	(12.464)
Honorários advocatícios, contábeis e de auditoria	(444)	(419)
Aluguel não relacionado a arrendamentos	(3.863)	(3.172)
Doação	(101)	(12)
Propaganda, publicidade e patrocínios	(1.324)	(1.627)
Baixas de Perdas/Roubos	(256)	(12)
Despesas com aeronaves	(393)	(462)
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	427	46
Outros	(5.519)	(1.520)
	(752.956)	**(565.682)**
Custo das vendas e serviços	**(632.773)**	**(473.475)**
Despesa com vendas	**(80.616)**	**(62.897)**
Despesas gerais e administrativas	**(39.994)**	**(29.356)**
Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	**427**	**46**

19 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.140	4.516
Derivativos - *Swap*	4.846	1.317
Juros ativos	1.420	283
Variação cambial ativa	5.692	10.922
Bonificações, recuperação de despesas e descontos	(55)	109
	15.043	**17.147**
Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos (i)	(59.606)	(53.191)
Derivativos	(4.266)	(3.916)
Despesas com empréstimos e financiamentos	(6.161)	(3.362)
IOF	(461)	(330)
Variação cambial passiva	(7.344)	(9.139)
	(77.838)	**(69.938)**
Resultado financeiro líquido	**(62.795)**	**(52.791)**

(i) No atual exercício, os juros sobre empréstimos estão maiores devido ao aumento de captações de empréstimos (incluindo o CRA) durante o exercício, para fins de aumento de giro, amortização de empréstimos, importações de matérias primas (principalmente da Bolívia, Uruguai e China).

20 Ativos e passivos fiscais diferidos

Impostos diferidos de ativos, passivos e resultado foram atribuídos da seguinte forma:

	Ativo		Passivo		Resultado	
	2024	**2023**	**2024**	**2023**	**2024**	**2023**
Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Prejuízo fiscal e base negativa	15.656	6.165	-	-	9.491	6.165
Variação cambial não realizada	1.130	-	-	(522)	1.652	(522)
Provisão para perdas de crédito esperadas	69	-	-	(15)	84	(15)
Direito de uso	-	-	(1.721)	-	(1.721)	-
Juros capitalizados	-	-	(7.873)	-	(7.873)	-
Outros	113	-	-	-	113	-
	16.968	**6.165**	**(9.594)**	**(537)**	**1.746**	**5.628**
Compensação (*)	(7.374)	(537)	9.594	537	-	-
Total líquido	**7.374**	**5.628**	**-**	**-**	**1.746**	**5.628**

(*) Saldos de ativos fiscais diferidos compensados, pois estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária.

a. Reconciliação da alíquota

O imposto de renda e a contribuição social calculados sobre o lucro líquido do exercício corrente e diferidos estão assim demonstrados:

	2024	**2023**
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(5.286)	(14.690)
Imposto calculado com base em alíquotas de 34%	1.797	4.995
Ajustes para cálculo pela alíquota efetiva:		
Adições e exclusões permanentes:		
Incentivo fiscal – ICMS	-	1.075
Variação cambial realizada	(1.130)	522
Provisão para perdas de crédito esperadas	-	15
Outras adições permanentes	(272)	(979)
Constituição de prejuízo fiscal e base negativa de anos anteriores	1.351	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	1.746	5.628
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1.746	5.628
	1.748	5.628
Alíquota fiscal efetiva	33%	38%

21 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A Companhia não efetua aplicação de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Controladora e suas controladas, conforme quadros abaixo:

a. Classificação contábil e valores justos

	Mensuração a valor justo	Valor justo e valor contábil
31 de dezembro de 2024		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	12.398
Aplicações financeiras	Nível 2	23.228
Ativos financeiros a custo amortizado		
Partes relacionadas	Nível 2	1.082
Contas a receber de clientes	Nível 2	5.803
Adiantamento a fornecedores	Nível 2	18.214
Outros ativos	Nível 2	2.812
		63.537
Passivos financeiros a custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	221.155
Empréstimos e financiamentos FIDC	Nível 2	47.303
Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA	Nível 2	67.696
Passivo de arrendamentos	Nível 2	44.302
Fornecedores	Nível 2	45.342
Adiantamento de clientes	Nível 2	21.437
Outras contas a pagar	Nível 2	2.478
		449.713

	Mensuração a valor justo	Valor justo e valor contábil
31 de dezembro de 2023		
Valor justo por meio do resultado		
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	31.195
Aplicações financeiras	Nível 2	28.210
Ativos financeiros a custo amortizado		
Partes relacionadas	Nível 2	1.075
Contas a receber de clientes	Nível 2	7.015
Adiantamento a fornecedores	Nível 2	12.758
Outros ativos	Nível 2	3.720
		83.973
Passivos financeiros a custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	205.812
Debêntures	Nível 2	56.666
Empréstimos e financiamentos FIDC	Nível 2	28.077
Certificado de recebíveis do agronegócio – CRA	Nível 2	92.096
Passivo de arrendamentos	Nível 2	88.853
Fornecedores	Nível 2	24.763
Adiantamento de clientes	Nível 2	19.344
Outras contas a pagar	Nível 2	1.878
		517.489

b. Mensuração do valor justo

O valor justo de contas a receber de clientes e outros recebíveis é estimado como valor presente de fluxos de caixas futuros, descontado pela taxa de mercado dos juros apurados nas datas bases de apresentação que se equiparam aos valores contábeis.

Os demais valores contábeis referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

c. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia possui exposição aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e,
- Risco de mercado.

Estrutura do gerenciamento de risco

A Administração é responsável pelo acompanhamento das políticas de gerenciamento de risco da Companhia, e os gestores de cada área se reportam regularmente sobre as suas atividades.

As políticas de gerenciamento de risco da Companhia são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Companhia, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados frequentemente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Companhia, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

A Companhia possui como prática gerir os riscos existentes de forma conservadora, possuindo essa prática como principais objetivos preservar o valor e a liquidez dos ativos financeiros e garantir recursos financeiros para o bom andamento dos negócios.

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Contas a receber e outros recebíveis

A gestão de risco de crédito da Companhia é determinada pela política de crédito e pela política financeira e seus respectivos comitês.

A política de crédito determina quais os documentos e procedimentos o Comitê de Crédito deve seguir para determinar se o cliente que está sendo analisado tem, ou não, capacidade financeira de cumprir com as obrigações que querem contratar. Essa análise preliminar já evita futuros riscos com relação aos nossos recebíveis.

A política financeira determina as regras que o Comitê Financeiro seguirá com relação à gestão financeira da Companhia. Essa gestão tem por objetivo, além de outros, analisar e encontrar eventuais descasamentos que podem causar riscos à saúde financeira da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia têm como princípio trabalhar com um número reduzido de instituições financeiras e busca negócios com aquelas que apresentam maior solidez. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituições financeiras, as quais são consideradas de primeira linha.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2024	**2023**
Caixa e equivalentes de caixa	12.398	31.195
Aplicações financeiras	23.228	28.210
Contas a receber de clientes	5.803	7.015
	41.429	**66.420**

Perdas por redução do valor recuperável

As despesas (receita) com constituição (reversão) da provisão para perdas esperadas de crédito foram registradas na rubrica “Despesas gerais e Administrativas”, na demonstração do resultado do exercício.

A Companhia possui estrutura de cobrança interna, tanto administrativa quanto judicial para os clientes inadimplentes. A provisão para devedores duvidosos (se houver) é calculada de acordo com a expectativa de perda, considerando-se os títulos enviados para cobrança judicial e que não possuem garantias cedidas à Companhia.

Baseado no monitoramento do risco de crédito de clientes, a Companhia provisiona os créditos duvidosos vencidos há mais de 360 dias.

Para os casos de clientes para os quais se constitui a provisão para perda de créditos esperadas, 100% do saldo é provisionado (títulos vencidos e a vencer). Em casos de clientes que possuem parcelamentos, o critério para constituição da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa reflete a provisão de 100% dos parcelamentos vencidos há mais de 90 dias. Para os clientes que constituem a PECLD de parcelamento, 100% do saldo é provisionado (faturas vencidas e a vencer). Além da análise da situação financeira de cada cliente, historicamente a Companhia não possui vencimentos a provisão realizada suporta os títulos vencidos e a vencer.

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas a terceiros ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia utiliza sistemas de informação e ferramentas de gestão que propiciam a condição de monitoramento de exigências de fluxo de caixa e da otimização de seu retorno de caixa em investimentos. A Companhia opera com alta liquidez para garantir o cumprimento de obrigações operacionais e financeiras; isto inclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas.

Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes.

Exposição ao risco de liquidez

Os valores contábeis dos passivos financeiros com risco de liquidez estão representados abaixo:

	2024				
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**1-3 anos**	**Mais de 3 anos**
Passivos					
Fornecedores	45.342	45.342	45.342	-	-
Empréstimos e financiamentos	221.155	248.025	92.986	127.336	833
Empréstimos e financiamentos FIDC	47.303	53.050	47.303	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócios – CRA	67.696	75.921	27.459	40.237	-
Passivo de arrendamentos	44.302	49.685	2.315	3.029	41.273
Outras contas a pagar	2.478	2.478	2.478	-	-
Total passivo	**428.276**	**474.501**	**217.883**	**170.602**	**42.106**

	2023				
	Valor contábil	**Fluxo contratual**	**Até 1 ano**	**1-3 anos**	**Mais de 3 anos**
Passivos					
Fornecedores	24.763	24.763	24.763	-	-
Empréstimos e financiamentos	207.309	234.460	79.189	96.164	31.956
Debêntures	58.333	65.973	23.333	35.000	-
Empréstimos e financiamentos FIDC	28.647	32.399	28.647	-	-
Certificados de recebíveis do agronegócios – CRA	93.488	105.732	26.037	57.841	9.610
Passivo de arrendamentos	88.853	100.490	1.662	27.198	59.993
Outras contas a pagar	1.878	1.878	1.878	-	-
Total passivo	**503.271**	**565.695**	**185.509**	**216.203**	**101.559**

(iii) Aspectos ambientais

A Companhia considera que suas instalações e suas atividades estão sujeitas à regulamentações ambientais. Para tanto, riscos associados aos assuntos ambientais já estão sendo reduzidos por procedimentos operacionais e controles e investimento em equipamentos de controle de poluição e sistemas. A administração da Companhia acredita que nenhuma provisão para perdas relacionadas a assuntos ambientais é requerida atualmente, baseada nas atuais leis e regulamentos em vigor.

(iv) Risco de mercado

Risco cambial

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia preponderantemente decorrente de suas importações e da contratação de instrumentos financeiros.

A administração gerencia, analisa e acompanha as suas exposições para a tomada de decisão da contratação de instrumentos de proteção das respectivas exposições em moeda estrangeira. Os instrumentos de proteção utilizados para gerenciar as exposições são estabelecidos pela administração, de forma que esses instrumentos não sejam de caráter especulativo ou possam eventualmente gerar qualquer risco adicional.

	2024	**2023**
Derivativos - *Swap* (resultado)	4.846	1.317

Os saldos de ativos e passivos expostos à moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2024 e 2023 compreendem operações em dólares norte-americanos, ligados à operação e amparados por contratos de financiamento de importação e exportação, e estão assim apresentados:

	2024	**2023**
Fornecedores no exterior (Nota explicativa nº 12)	(15.505)	(3.717)
Empréstimos e financiamentos (Nota explicativa nº 13.1)	(17.873)	(12.633)
Exposição líquida	**(33.378)**	**(16.350)**

Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade da Companhia incorrerem em ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros.

Visando à mitigação desse risco, a Companhia busca diversificar a captação de recursos em longo prazo, com taxas prefixadas ou pós-fixadas lastreados em CDI, de forma que quaisquer resultados, oriundos da volatilidade desses indexadores, não incorram em nenhum impacto significativo.

Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia eram:

	Nota	**2024**	**2023**
Instrumentos de taxa fixa			
Empréstimos e financiamentos	13.1	(221.155)	(205.812)
Debêntures	13.2	-	(58.333)
Empréstimos e financiamentos FIDC	13.3	(47.303)	(28.647)
Certificados de recebíveis do agronegócios - CRA	13.4	(67.696)	(92.096)
Exposição de taxa fixa		**(380.456)**	**(473.741)**
Instrumentos de taxa variável			
Aplicações financeiras	4	23.228	28.210
Exposição de taxa variável		**23.228**	**28.210**
Exposição total a taxa de juros		**(357.228)**	**(445.531)**

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável
Todos os contratos celebrados entre a Companhia e as instituições financeiras (Nota 13.a) contém taxas de juros pré-fixadas e apresentam variações de acordo com oscilações do mercado (CDI). Com base no saldo do endividamento, no cronograma de desembolsos e nas taxas de juros dos financiamentos e dos ativos, a Companhia efetuou uma análise de sensibilidade de quanto teria aumentado (reduzido) o patrimônio líquido e o resultado do exercício de acordo com os montantes mostrados a seguir. O Cenário 1 corresponde ao cenário considerado mais provável nas taxas de juros, na data das demonstrações financeiras. O Cenário 2 corresponde a uma alteração de 25% nas taxas e o Cenário 3 corresponde a uma alteração de 50% nas taxas. Separamos os efeitos em apreciação e depreciação nas taxas conforme as tabelas a seguir:

Análise de sensibilidade de fluxo de caixa para instrumentos de taxa variável

	Exposição 31/12/2024	Risco	Provável		Cenários							
					Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Aplicações financeiras	23.228	CDI	10,83	2.516	13,54	3.145	16,25	3.775	8,12	1.886	5,42	1.259
Total dos ativos financeiros	23.228			2.516		3.145		3.775		1.886		1.259
Empréstimos e financiamentos	(221.155)	CDI	10,83	(23.951)	13,54	(29.944)	16,25	(35.938)	8,12	(17.958)	5,42	(11.987)
Empréstimos e financiamentos FIDC	(47.303)	CDI	10,83	(5.123)	13,54	(6.405)	16,25	(7.687)	8,12	(3.841)	5,42	(2.564)
Certificados de recebíveis do agronegócios - CRA	(67.696)	CDI	10,83	(7.331)	13,54	(9.166)	16,25	(11.001)	8,12	(5.497)	5,42	(3.669)
Total dos passivos financeiros	(336.154)			(36.405)		(45.515)		(54.626)		(27.296)		(18.220)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				**(33.889)**		**(8.481)**		**(16.962)**		**8.479**		**16.928**

	Exposição 31/12/2023	Risco	Provável		Cenários							
					Aumento do índice em 25%		Aumento do índice em 50%		Redução do índice em 25%		Redução do índice em 50%	
			%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor
Aplicações financeiras	28.210	CDI	10,83	3.055	13,54	3.820	16,25	3.775	8,12	1.886	5,42	1.259
Total dos ativos financeiros	28.210			3.055		3.820		3.775		1.886		1.259
Empréstimos e financiamentos	(205.812)	CDI	10,83	(22.289)	13,54	(27.867)	16,25	(33.444)	8,12	(16.712)	5,42	(11.155)
Debêntures	(58.333)	CDI	10,83	(6.317)	13,54	(7.898)	16,25	(9.479)	8,12	(4.737)	5,42	(3.162)
Empréstimos e financiamentos FIDC	(28.647)	CDI	10,83	(3.102)	13,54	(3.879)	16,25	(4.655)	8,12	(2.326)	5,42	(1.553)
Certificados de recebíveis do agronegócios - CRA	(92.096)	CDI	10,83	(9.974)	13,54	(12.470)	16,25	(14.966)	8,12	(7.478)	5,42	(4.992)
Total dos passivos financeiros	(384.888)			(41.682)		(52.114)		(62.544)		(31.253)		(20.862)
Impacto no resultado e no patrimônio líquido				**(38.627)**		**(14.405)**		**(24.880)**		**4.522**		**14.286**

As informações do CDI foram extraídas da base da Cetip, todas essas com a data-base do último dia útil de cada exercício.

22 Gerenciamento de capital

A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, devido ao forte crescimento dos negócios da Companhia, houve um incremento da relação dívida líquida sobre capital ajustado.

A dívida da Companhia para a relação ajustada do capital ao final do período/exercício é apresentada a seguir:

	2024	**2023**
Gestão de capital		
Empréstimos e financiamentos, debêntures, FIDC e CRA	336.154	382.651
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(12.398)	(31.195)
(-) Aplicações financeiras	(23.228)	(28.210)
(=) Dívida líquida (a)	**300.528**	**323.246**
Total do patrimônio líquido (b)	**17.803**	**21.343**
Relação dívida líquida sobre capital ajustado (a/b)	**16.88**	**15,15**

23 Cobertura de seguros

A Companhia mantém programa padrão de segurança, treinamento e qualidade em suas unidades que visa, entre outras coisas, reduzir também os riscos de acidentes. Além disso, mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades.

24 Compromissos futuros

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui contratos de venda futura de mercadorias. Dos contratos firmados para o exercício de 2025 já estão negociados 59.026 mil toneladas e 2.129 mil litros de mercadorias.

* * *

Renato Benatti
Diretor Presidente

Roberto Barretto Martins
Diretor Financeiro

Walter de Souza Silva Junior
Contador Responsável
CRC-1SP259527/O-1